

Reflexões sobre modernidade e salubridade pública na vila de Amarração no Piauí no final do século XIX e início do XX

Reflections about modernity and public health in the village of Amarração in Piauí at the end of the 19th century and early 20th

Marcus Pierre de Carvalho Baptista

Doutorando em História na Universidade Federal do Piauí.

Francisco de Assis de Sousa Nascimento

Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. Professor do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Piauí.

Resumo: Na vila de Amarração (PI) no final do século XIX e o início do século XX seus habitantes vivenciaram diversos conflitos à medida que a experiência da modernidade marcava seu cotidiano. Em um contexto de modernização deste espaço, tendo em vista sua importância para a província do Piauí, diferentes aspectos do dia a dia dos indivíduos que ali viviam foram transformados. Dentre estes, a salubridade pública pode ser evidenciada pela preocupação do poder público na higienização do espaço urbano da vila, bem como o surgimento de novas práticas sociais relacionadas com a saúde, conforme registrado nos periódicos do período. Deste modo, este artigo tem por objetivo analisar como a experiência da modernidade produziu uma necessidade de higienização da vila de Amarração e assim modificando o cotidiano dos sujeitos que nessa viviam. Utilizou-se para o desenvolvimento deste estudo o aporte de autores como Berman (1986), Lefebvre (1995), Queiroz (1998), Rego (2010), dentre outros, empreendendo-se análise de edições dos periódicos “A Imprensa” (1882; 1883; 1886), “A Reforma” (1887) e o “Nortista” (1901). O estudo pôde indicar que a modernidade afetou de forma pungente a saúde pública da vila, produzindo novas práticas sociais em relação a saúde, permanecendo, entretanto, alguns sujeitos com práticas não higiênicas.

Palavras-chave: Amarração. Saúde Pública. Modernidade. Litoral do Piauí.

Abstract: In the village of Amarração (PI) at the end of the 19th century and the beginning of the 20th century, its inhabitants experienced several conflicts as the experience of modernity marked their daily lives. In a context of modernization of this space, in view of its importance for the province of Piauí, different aspects of the daily lives of the individuals who lived there were transformed. Among these, public health can be evidenced by the concern of the public authorities in cleaning the urban space of the village, as well as the emergence of new social practices related to health, as recorded in periodicals of the period. Thus, this article aims to analyze how the experience of modernity produced a need for hygiene in the village of Amarração and thus modifying the daily lives of the subjects who lived there. The contribution of authors such as Berman (1986), Lefebvre (1995), Queiroz (1998), Rego (2010), among others, was used in the development of this study, analyzing the editions of the periodicals “A Imprensa” (1882; 1883; 1886), “A Reforma” (1887) and the “Nortista” (1901). The study could indicate that modernity affected the village’s public health in a poignant way, producing new social practices in relation to health, however, some subjects remained with unhygienic practices.

Keywords: Amarração. Public health. Modernity. Piauí’s Coast.

Introdução

Em outubro de 1886, alguns anos após a Vila de Amarração retornar ao Piauí¹, uma situação inusitada nos é apresentada através dos jornais publicados neste momento em Teresina, isto é, tem-se a notícia de que algumas pessoas, por questões de desavenças políticas, haviam convidado determinado sujeito para que jogassem excrementos humanos na porta de outra pessoa da vila.

Alguns anos antes, por sua vez, em 1881, tem-se a publicação do código de posturas da vila, e neste estava presente uma preocupação comum nas vilas e cidades acerca da higiene pública, especialmente em função da influência do movimento higienista no Brasil, bem como na relação estabelecida entre modernização e higienização.

O recorte de jornal nos chama a atenção por denotar uma dicotomia presente no Piauí, especificamente no litoral piauiense, em fins do século XIX: ao mesmo tempo em que havia uma preocupação da época em modernizar a província através do porto de Amarração² e, consequentemente, modernizar o próprio espaço da vila, com esse processo provocando também uma higienização desta última, também era possível encontrar práticas que iam na contramão dessas novas perspectivas.

De certo modo, o final do século XIX e o início do século XX, para aqueles que habitavam na vila de Amarração, tratou-se de um momento dicotômico, no qual os sujeitos vivenciaram conflitos diversos, a exemplo da disputa litigiosa com o Ceará³, problemas com enfermidades que grassavam no espaço através do porto⁴, conflitos com migrantes oriundos da seca de 1888/1889.⁵

1. A cidade de Luís Correia, anteriormente Amarração, localizada no litoral do Piauí, tem seu surgimento no início do período oitocentista através da presença de pescadores que ocupavam a região e fundaram o povoado. No decorrer do século XIX, em função das desobrigas na região de padres da freguesia de Granja, foi anexada pela província vizinha do Ceará. Em função das relações econômicas e políticas estabelecidas com Granja, o povoado de Amarração foi transformado em distrito pela província do Ceará através da Lei nº 1.177, de 29 de agosto de 1865 e, após nove anos, em Vila pela Lei nº 1.596, de 05 de agosto de 1874. Em 1880, no entanto, a província do Piauí readquire a posse de Amarração a partir da lei geral nº 3.012 de 22 de outubro de 1880, concedendo à província cearense as vilas de Independência e Príncipe Imperial (atual Crateús) (BAPTISTA, 2019). No ano de 1931, através do decreto estadual nº 1.279, de 26 de junho do mesmo ano, Amarração perde sua autonomia, tornando-se um distrito de Parnaíba. Em 1935, tem o seu nome alterado para Luís Correia em homenagem a Luís de Moraes Correia, político de Amarração, através da lei estadual nº 6, de 4 de setembro de 1935. Em 1938, o decreto-lei estadual nº 107, de 26 de julho do mesmo ano, restabelece a autonomia administrativa de Luís Correia com a instalação do município se dando em 1º de janeiro de 1939 (IBGE, 1984). Para mais informações sobre a história de Amarração e a situação litigiosa com o Ceará ver Baptista, Nascimento e Baptista (2021a).

2. No século XIX, parte das elites piauienses acreditavam que o desenvolvimento e “progresso” da província só seria possível a partir de três elementos: desenvolvimento das vias fluviais, especialmente o rio Parnaíba, maior rio perene piauiense, para escoamento da produção do interior para o litoral; construção de um porto marítimo localizado em Amarração, uma das barras de deságue do rio Parnaíba no oceano Atlântico; instalação da malha ferroviária também até Amarração com o intuito de melhorar a comunicação, bem como o comércio. Ainda que o porto nunca tenha sido construído, é imperioso indicar que, segundo Baptista (2019), existia em Amarração um pequeno ancoradouro utilizado para exportação e importação de produtos, bem como embarque e desembarque de passageiros através dos vapores e companhias de navegação que por ali passavam. Entretanto, era necessário a construção de um porto para facilitar o escoamento da produção e melhorar as próprias condições da Barra que, já no início do século XX, apresentava problemas de assoreamento e baixa profundidade, o que ocasionou, por diversas vezes, acidentes marítimos (QUEIROZ, 1998; REGO, 2010).

3. Para mais informações sobre as questões de litígio que envolveram o Piauí e Ceará no tocante a Amarração, ver Baptista, Nascimento e Baptista (2021a).

4. Com relação ao medo da chegada de enfermidades através do porto de Amarração, pode-se citar o caso do cólera, varíola e gripe espanhola. Para mais informações ver Baptista e Nascimento (2018).

5. Sobre os problemas causados pela seca de 1888/1889, a exemplo da chegada de migrantes, especialmente

Da mesma forma, tratou-se de um momento em que o cotidiano e as paisagens presentes neste espaço foram afetados, seja pela presença mensal de embarcações a vapor⁶, pelas novas formas de consumir o espaço da praia⁷ ou mesmo os novos vestuários adotados pelos sujeitos que frequentavam esta localidade. Isto é, refere-se a um contexto espaço-temporal no qual os sujeitos foram notadamente influenciados e marcados pela experiência da modernidade, uma experiência conflitante ao tempo em que os indivíduos a vivenciam de formas diversas, podendo assimilá-la, criando maneiras de pensar o “eu” e o imaginário em torno de “ser moderno”, ou negá-la.

A modernidade, no Ocidente, tem seu surgimento a partir dos questionamentos e indagações sobre o mundo em que os sujeitos viviam, no sentido de perceber que o mundo que chamamos de moderno nasce justamente com o esfacelamento dele próprio, trazendo em si a possibilidade de sua autodestruição. O modernismo, neste sentido, sendo o germinar de sua crise. Trata-se, então, de um momento de grandes inovações e, ao mesmo tempo, de produção de dúvidas, hesitações, decadência e até mesmo de corrupção (LEFEBVRE, 1995).

Ainda com relação à modernidade, trata-se também de uma experiência vivenciada e compartilhada pelos sujeitos em temporalidades e espaços distintos. Refere-se a um sentimento de encantamento com um mundo que promete benefícios e modificações dos ambientes em seu entorno e de estranheza, ao tempo que, concomitantemente, pode significar o fim de tudo o que se tem, tudo o que se sabe e tudo que se é (BERMAN, 1986).

Os indivíduos que vivem neste mundo moderno experimentam uma nulidade das diferenças geográficas, étnicas, nacionais, religiosas, ideológicas e de classe, entendendo que a modernidade seria responsável por produzir uma união da humanidade. Entretanto, trata-se de uma união problemática, produtora de fragmentações, “[...] uma unidade de desunidade [...]” (BERMAN, 1986: 15), que provoca nos sujeitos um sentimento constante de modificações, esfacelamentos, incongruências, embates, incertezas e apreensões.

Quanto à modernização, compreendemos esta enquanto os diferentes processos sociais que modificam as sociedades e o cotidiano dos sujeitos que experienciam a modernidade. Os processos que marcam e transformam essa vida moderna podem ser diversos, a exemplo de novas descobertas nas ciências naturais, a revolução industrial e a transformação decorrente da produção, o surgimento de novos ambientes influenciados pelos aparatos modernos, bem como a aceleração da percepção de tempo dos sujeitos em sua vida cotidiana.

Há também o surgimento de novas classes sociais e novos conflitos entre estas, aumento da densidade demográfica à medida que as cidades também vão se expandindo e se urbanizando, aparecimento de meios de comunicação massificados que permitem conectar os distintos indivíduos e sociedades, bem como o fortalecimento dos Estados-Nação, novos movimentos sociais, o capitalismo internacional, dentre outros. Ao tempo que esses processos tomam forma,

cearenses, de outras regiões para a localidade, ver Baptista, Nascimento e Baptista (2018).

6. No tocante a transformação das paisagens de Amarração em função da presença dos vapores, bem como da locomotiva, ver Baptista, Nascimento e Baptista (2021b).

7. Quanto aos novos modos de consumir o espaço da praia, bem como os novos vestuários adotados a partir da influência desta experiência da modernidade em Amarração em fins do século XIX e início do XX, ver Baptista e Nascimento (2020).

a vida do sujeito vai sendo marcada por esse mundo moderno, permitindo que este vivencie a experiência da modernidade (BERMAN, 1986).

Esta modernidade e a necessidade de modernização dos espaços, ao considerarmos o caso de Amarração, influenciaram na percepção acerca da saúde pública e a preocupação do poder público em higienizar o espaço urbano da vila tornou-se mais um elemento passível de reflexão ao considerarmos esta localidade no final do período oitocentista e início do novecentista.

Assim, o objetivo deste artigo foi analisar de que modo a experiência da modernidade produziu uma necessidade de higienização deste espaço e de que modo isto modificou o cotidiano dos sujeitos que viviam na vila de Amarração no final do século XIX. A metodologia adotada constou de pesquisa bibliográfica para compreensão do contexto específico do litoral piauiense e sua relação com o restante da província, utilizando-se de autores como Queiroz (1998), Rego (2010) e Baptista (2019) e, para diálogo com os conceitos de modernidade e modernização que balizaram as análises das fontes, utilizou-se Berman (1986) e Lefebvre (1995). Com relação aos documentos utilizados para a construção da narrativa, foram utilizadas fontes hemerográficas⁸ a partir da consulta à Hemeroteca Digital disponível no *site* da Biblioteca Nacional, principalmente os periódicos “A Imprensa” (1882; 1883; 1886), “A Reforma” (1887) e o “Nortista” (1901), além do relatório do presidente da província do Piauí de 1884.

Deste modo, no desenvolvimento da pesquisa discutiu-se sobre como a experiência da modernidade afetou sensivelmente a saúde pública da vila, havendo uma preocupação de higienizá-la, bem como de vacinar crianças que ali viviam. No tocante ao imaginário dos sujeitos, ainda era possível encontrar pessoas que continuavam a manutenção de hábitos considerados não higiênicos, portanto, que não coadunavam com as novas perspectivas acerca da salubridade pública

Higiene pública e práticas sanitárias em Amarração no final do período oitocentista e início do novecentista

A partir do ano de 1881, com a efetivação da permuta estabelecida pelo decreto nº 3.012 de 22 de outubro de 1880 que alterou as linhas divisórias entre a província do Ceará e Piauí, anexando Príncipe Imperial (Crateús) e Independência à província cearense e Amarração à província piauiense (BAPTISTA; NASCIMENTO; BAPTISTA, 2021a), é possível encontrar uma série de registros nos periódicos de Teresina e também de Parnaíba que permitem a reflexão sobre a preocupação sanitária, bem como a higiene pública da vila neste contexto. Esta preocupação não é à toa, tendo em vista a influência do movimento higienista e, não apenas isso, mas a própria percepção ensejada sobre o espaço de Amarração.

No tocante a este movimento, a partir de fins do século XIX e início do século XX uma nova ideologia adentrava o Brasil focada na saúde da população e na salubridade dos espaços. Essa ideologia pautava-se em defender a saúde pública e garantir uma população bem-educada no tocante a novos hábitos higiênicos. A ideia central aqui é que o principal bem de uma nação se trata justamente de seu povo. Sem o povo a nação torna-se incapaz de prosperar. O movimento

8. Para mais informações sobre os periódicos trabalhados ao longo deste artigo ver Baptista (2019).

higienista valorizava, sobretudo, a saúde do coletivo. Era esta pluralidade que o interessava, especialmente porque, através da manutenção da saúde destes, poupava-se as elites. Deste modo, a partir da segunda metade do século XIX e no início do século XX, esta ideologia, vinda da Europa, adentra terras brasileiras e passa a influenciar diretamente a política e a vida social (OLIVEIRA SOBRINHO, 2013).

Sobre esta questão, Chalhoub (2006) indica que, no final do século XIX, o imaginário político e social no Brasil foi marcado por uma necessidade que as nações possuíam de “civilizar-se” e que esta, por sua vez, só seria possível de ser alcançada a partir da intervenção dos governantes, responsáveis por guiar o povo, bem como solucionar os problemas de higiene pública, necessários para alcançar este processo de “civilização” e de “prosperidade” ensejados.

Este imaginário não passou despercebido na província piauiense, e estas discussões terminaram reverberando não apenas em Teresina (QUEIROZ, 2011), capital do Piauí, mas também em outras localidades, a exemplo de Amarração. Dito isto, à medida que a vila em questão se tornou o local que possibilitaria o desenvolvimento da província, este também passa a modificar-se, a modernizar-se, ou pelo menos começamos a perceber mais preocupações⁹ no tocante a higiene pública. Deste modo, nos periódicos publicados no final do século XIX e XX no Piauí, bem como em relatórios dos presidentes da província dos anos 1880, é possível encontrar inquietações sobre a higiene pública da vila, além de medidas tomadas quanto a esta que modificaram o cotidiano de Amarração. Algumas dessas fontes tratam sobre: situação dos prédios públicos, destacando a insalubridade das escolas e da cadeia pública, bem como campanhas de vacinação de varíola para algumas das crianças da vila, além da construção de um lazareto para quarentena de sujeitos acometidos pelo cólera que chegassem através do porto de Amarração.

Quanto à situação das escolas tem-se, no relatório do presidente da província de 1884, ao tratar sobre a instrução pública do Piauí, algumas informações acerca de como encontrava-se a situação dos prédios nos quais funcionavam as escolas. Ao inferir que visitou escolas em diversas partes da província, iniciando pela capital, mas também passando por Amarração, o então presidente Emigdio Aldolpho Victorio da Costa indica as condições das casas onde as escolas funcionavam, bem como a sua mobília, e que estas eram insuficientes, conforme percebido a seguir:

As casas onde funcção as escolas primarias, secundarias, lyceo e escola normal não satisfazem a nenhum dos preceitos hygienicos. São todas assoalhadas de tijolos, sendo os alumnos obrigados a receberem durante horas consecutivas a humidade do solo. São em geral acanhadas, sem condições bastante de ar, luz, acustica, &. [...] E de todas quantas visitei não achei uma só que tivesse mobília regular. A elevação dos bancos, a direcção vertical do encosto d'estes, a sua proximidade relativa á falta de espaço, são outras tantas condições anti-higienicas [...] (PIAUHY, 1884: 11).

9. No contexto cearense que denota o período que Amarração esteve sob posse do Ceará é comum encontrar conflitos registrados nos periódicos “O Cearense” e “Pedro II” desta província acerca dos problemas de jurisdição que Amarração tinha com o Piauí, seja com relação a nomeação de práticos para atuarem na Barra, situações de insegurança, problemas com a conjuntura eleitoral ou mesmo conflitos na Assembleia Provincial do Ceará conquanto à quantidade de indivíduos que ali moravam e a necessidade de um distrito jurídico neste espaço. O certo é: enquanto pertencente ao Ceará, eram comuns os conflitos sobre o que fazer com a região. A preocupação com a higiene pública, no entanto, apenas torna-se mais perceptível quando Amarração retorna ao Piauí a partir de 1880.

Ainda que o documento estivesse falando das escolas de modo geral, é improvável que a situação da escola primária em Amarração fosse diferente ou estivesse em condições melhores que as demais, principalmente considerando que se tratava de uma vila pequena no litoral do Piauí e com uma população reduzida. Além disso, a maneira como o espaço é descrito certamente dialoga também com as descrições da vila de Amarração, principalmente a referência à umidade existente na vila em decorrência de sua proximidade com o oceano e com o rio Parnaíba (BAPTISTA, 2019).

Estas condições transformavam estes espaços em insalubres e também se tornavam preocupações por parte do governo provincial, tendo em vista o contexto naquele momento, especialmente a associação entre o moderno e a higiene pública, isto é, a necessidade criada de higienizar os espaços para que estes se tornassem modernos.

No entanto, não eram apenas os espaços escolares que assumiam condições insalubres em Amarração no final do século XIX, mas era possível encontrar essas inferências em outros locais públicos que existiam na vila. As condições sanitárias da cadeia pública de Amarração nessa época, por exemplo, são descritas como inadequadas do ponto de vista higiênico, considerando a precariedade nela presente, conforme a nota a seguir do periódico “A Reforma” de 09 de junho de 1887, que traz o depoimento de um militar que visitou a citada cadeia:

Indo nós, hoje, a cadeia publica d'esta villa, visitar a um prêso que por gravemente doente foi pelo dr. Juiz Municipal da Parnahyba, remetido para aqui, ficamos horrorisados pelo estado de desmoronamento, e inffecção que reina naquella miseravel pardieiro que o sr. Firmo da Silva Raposo actual delegado de policia da o nome de *cadeia publica*.

O solo completamente inmundado pelas grandes chuvas que tem havido; o lamaçal e entulho de lixo que se encontram por todos os lugares; os miasmas deletérios que exalão d'aquella immunda espelunca anunciou-nos que alli está e será o centro de todas as molestias epidêmicas que aqui teem se desenvolvido e que estão se desenvolvendo.

Os infelizes presos, verdadeiras mumias, apresentam-se á nossa vista com a magrem, amarellidão, e olhares estupidos, deixando-nos seriamente compungidos!

E o sr. Firmo da Rapôso actual delegado de policia, se compraz com tão horripilante espetáculo!

[...]

O sr. capitão João Luiz Pereira Brandão contratante com o governo provincial e por consequencia dono *innnimé* do miserável ingurio chamado *Cadeia*, já preparou outra casa, secca, bem arejada, em uma local agradabellissimo, toda higienica, e com accomodações necessarias para servir de cadeia e quartel para o destacamento, e pol-a a desposição do sr. Firmo Raposo, para fazer a mudança, não havendo aumento nos allugueis.

Mas o sr. Firmo Raposo que cuida mais em fazer *folheto* contra seus desaffectos, mandando tarde da noute pregallos pelas esquinas pelo seo ordenança Antonio Gonçalves, e dominado pelo eterno *coragem* que o acompanha, e mesmo

por ser parte interessada visto ser o dono da cousa que serve de cadeia, e que lhe rende 8\$000 reis mensais, não valendo 1\$000 reis, tem se negado fortemente a não querer fazer á mudança, por que diz: não quer, pode, e manda.

[...]

A vista do exposto, acreditamos que as providencias sejam dadas porquem de direito, e que a mudança da cadeia e quartel será logo e logo ordenada, para salvação das vidas dos presos e soldados, como mesmo para que por uma vez desapareça de entre nós, este verdadeiro viveiro de epidemias.

Amarração, 23 de maio de 1887.

Sargento A. do Amaral

P.S.

Alem do testemunho publico, temos mais o do sr. dr. Joaquim E. da Costa Sampaio, medico do partido publico da cidade da Parnahyba que indo visitar um pobre doente que ali se acha recluso, ao entrar na queilia nojenta immunda e lamacenta espeleunca, teve horror e retirou-se as carreiras temendo ser accommettido ou mesmo asfixiado de alguma febre typhoide. (A REFORMA, 1887: 2).

Este relato evidencia as más condições estruturais¹⁰ do espaço destinado aos presos e que isto poderia acarretar desenvolvimento de doenças, além daquelas que a vila já enfrentava através da entrada dos navios, a exemplo do cólera (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018). Ainda assim, deve-se destacar como a salubridade pública, bem como o bem-estar coletivo, são postos de lado em função de desavenças políticas, considerando a filiação política de Firmo da Silva Raposo ao Partido Conservador e do então presidente da província ao Partido Liberal, além de interesses pessoais, no caso, o arrendamento do prédio para funcionamento da cadeia.

O que nos interessa aqui, no entanto, é a existência não apenas de uma cadeia pública em Amarração, mas também de várias pessoas ali presas, como o Sargento descreve em seu testemunho, cada qual refletindo a precariedade higiênica que eram obrigados a enfrentar pelos “caprichos” do Sr. Firmo da Silva Raposo que, segundo a denúncia, se recusava a fazer a transferência da cadeia para uma casa que fosse mais adequada e tivesse melhores condições sanitárias.

Cabe indicar ainda, além das questões políticas existentes e que denotam o conflito em questão, a dicotomia entre a importância dada a um espaço higiênico e salubre por parte de alguns sujeitos que ali vivia e temiam pela propagação de doenças epidêmicas em função dessa insalubridade e a existência de sujeitos que, aparentemente, não se preocupavam com esses aspectos, como é o caso de Firmo da Silva Raposo. Isto posto, a higiene pública torna-se um motivo para discordâncias e conflitos no interior deste espaço que, ao mesmo tempo em que se modernizava, mantinha costumes e hábitos anti-higiênicos.

Outras situações também passam a compor o cotidiano da vila e remetem a uma preocupação com a salubridade pública, bem como com a saúde dos sujeitos, relacionando estas últimas

10. Sobre esta questão da salubridade pública, a partir da segunda metade do século XIX, em função da epidemia de doenças infectocontagiosas no Rio de Janeiro, notadamente a Febre Amarela em 1850 e o Cólera em 1855, criou-se a Junta Central de Higiene responsável por cuidar das questões de saúde pública, no caso estalagens e hotéis, cabendo à polícia a fiscalização destes espaços, visando a manutenção da salubridade pública e a prevenção de novos surtos epidêmicos. Embora uma prisão não seja um hotel ou estalagem, ainda assim configura-se enquanto um espaço coletivo, portanto, um espaço de disseminação de doenças infectocontagiosas (CHALHOUB, 2006).

a ideia de um espaço moderno e de sujeitos com hábitos e trejeitos também modernos. No caso em questão, a prática de aplicação de vacinas e os banhos de mar foram algumas destas práticas higiênicas e modernas percebidas em Amarração através das fontes consultadas.

No caso da vacinação contra a varíola, esta foi realizada com os estudantes das escolas primárias da vila. Sobre isto, as seguintes notícias publicadas pela “A Imprensa” nas edições de 09 de dezembro de 1882 e de 27 de janeiro de 1883 dizem o seguinte:

Bôa medida. – Afim de transmitir a vaccina aos menores aprendizes marinhaes da cidade da Parnahyba, e aos alumnos das escolas primarias da mesma cidade e da Amarração trouxe o Exm. Sr. Presidente para esta capital alguns d’aquelles menores, para serem vacinados.

O que, effectivamente, realisou, fazendo-os voltar no vapor de 6.

Foi uma bôa medida (A IMPRENSA, 1882: 4).

Aqui na Amarração, determinou s. exc. Ao professor publico, que conduzisse uma turma de alumnos de sua aula á Parnahyba, afim de tambem serem vacinados. Feito isto, voltaram eles, e muito sérvio a transmissão – braço a braço – praticada em grande numero de pessoas, pelos srs. João Luiz Pereira Brandão, Estevão Ferreira de Medeiros, e depois pelo dr. Saturnino de Carvalho, que a convite de s. exc. tambem vacinou (A IMPRENSA, 1883: 3).

Através das notícias fica perceptível a inexistência em Amarração de espaços destinados para cuidar da saúde pública, sendo necessário o deslocamento para outras cidades, como para Teresina, no caso das crianças levadas para serem vacinadas, mas principalmente Parnaíba, por ser mais próxima.

Na nota em questão percebe-se também a preocupação com a saúde a partir da aplicação de vacinas de algumas crianças de Amarração, que viajaram para Teresina e Parnaíba no intuito de recebê-las. Ainda que o número de crianças vacinadas não representasse significativamente a população de Amarração, naquela época, contando aproximadamente com três mil habitantes, esta medida torna-se interessante porque tinha a intenção de minimizar um possível risco de proliferação de doenças infectocontagiosas.

É interessante destacar ainda o elogio oferecido pelo periódico à ação de vacinação tanto para as crianças de Parnaíba, como de Amarração. Ao apontar tal ação enquanto uma “boa medida”, é notável o entendimento do periódico em questão da relevância da higiene pública e da saúde dos corpos, o que pode denotar esse ideário do cuidado da saúde para uma percepção do ser moderno, bem como uma modernização da sociedade amarroçonense.

No entanto, o relato em tela, diferente dos registros das práticas de banho, não nos oferece substrato para refletir sobre como essas vacinas permearam o imaginário destas crianças, bem como das pessoas da vila, no sentido de que se percebiam esta ação enquanto benéfica ou mesmo se a associavam a uma consciência do ser moderno.

Além disso, embora se trate de um procedimento moderno, deve-se apontar que mesmo que a preocupação com a saúde pública tenha existido em Amarração neste final do século XIX, esta não gerou transformações significativas na paisagem urbana da cidade. Enquanto no Rio de

Janeiro, através do pretexto de desenvolver um projeto de modernização pautado na higienização e saúde pública da cidade, desapropriaram-se habitações dos mais pobres para demolição, retiraram-se inquilinos forçadamente para desinfetá-las, e criou-se a obrigatoriedade da vacinação no início do século XX, modificando expressivamente a cidade, nada disso ocorreu em Amarração (SEVCENKO, 2010).

A vacinação contra a varíola, no entanto, é comumente citada nos relatórios de presidência da província entre os anos de 1860 até 1880, especialmente em momentos que a varíola se tornava epidêmica. Tratava-se de uma das medidas utilizadas para reduzir sua propagação. No ano em questão não temos informações acerca da existência de nova epidemia de varíola no Piauí, desde modo, a prática da vacinação, especialmente com as crianças em Amarração, serve para refletirmos acerca de mais um elemento de salubridade pública que passa a compor o cotidiano vivenciado pelos amarroçonenses. Infelizmente, não há referências sobre as maneiras como as crianças e familiares reagiram ou mesmo lidaram com a nova situação posta a eles, ou seja, a obrigatoriedade de se vacinar, aliás, a necessidade de se deslocar para outra cidade apenas para isso.

Não obstante isto, a prática de banhos para fins de saúde tratou-se de outro aspecto que se torna elemento comum no cotidiano de Amarração em fins do século XIX e início do século XX influenciado por uma ideia do ser moderno. Ainda que a vila não tivesse espaços destinados para cuidar da saúde, muitas pessoas a procuravam tendo em mente tal fim. Sua localização geográfica de contato com o oceano levava a se acreditar que seria mais adequado para alguns casos de enfermidades na época, a exemplo do noticiado pela “A Imprensa” nas edições de 24 de fevereiro de 1883 e 14 de abril de 1883, que informam o seguinte:

Embarque. – No vapor <Conselheiro Paranaguá> embarcou com destino á Amarração o nosso apreciavel amigo capitão Antonio Alves de Noronha, em busca de allivio á sofrimentos do coração, que por ultimo lhe sobrevieram (A IMPRENSA, 1883: 24).

Chegada. – No dia 13 do corrente chegaram de Parnahyba no vapor <Theresinense> [...] Desembarcou no mesmo vapor, com destino S. José dos Mattões, nosso apreciavel amigo Capitão Antonio Alves de Noronha que, tendo seguido bastante doente para a Amarração, volta melhorado de seus sofrimentos (A IMPRENSA, 1883: 4).

Ainda em 1901, na edição de 17 de agosto de 1901 do periódico o “Nortista”, há a seguinte nota:

Enviamos o nosso cartão de visita ao desembargador José Lourenço de Moraes e Silva, honrado procurador geral do Estado, á sua digna esposa d. Antonia Nogueira de Moraes e Silva e á sua interessante filha, d. Ignacia de Moraes e Silva, que vieram de Therezina, no Therezinense.

Amanhã seguirão para a Amarração para entrarem em uso de banhos salgados.

Desejamo lhes boa viagem (NORTISTA, 1901: 3).

Alguns meses após em sua edição de 02 de novembro de 1901 do “Nortista”, tem-se outra nota direcionada ao mesmo desembargador, expressa a seguir:

No Therezinense embarcaram para Therezina o nosso distinto amigo desembargador José Lourenço de Moraes e Silva e a sua exma. família que achavam-se em uso de banhos salgados na Amarração.

Restabelecidos dos incommodos que os obrigaram a empregar esta viagem, regressam ao lugar de suas residências.

Auguramo-lhes optima viagem (NORTISTA, 1901: 2)

Tendo em vista que no final do período oitocentista e início do novecentista a ida a Amarração em busca de banhos de mar se ampliou em função da modernização deste espaço, perdendo seu caráter terapêutico e focando no lazer e novas sociabilidades (BAPTISTA, 2019), não seria equivocado conjecturar que a vila, neste momento, tenha recebido visitas anuais de enfermos que visando melhorar sua condição, talvez, terminavam se incorporando ao cotidiano de Amarração, bem como às práticas de saúde da vila. Deste modo, a partir do começo do século XX, os relatos de ida a Amarração, buscando suas águas salgadas para os banhos de mar tornam-se mais frequentes, evidenciando as novas funções para o espaço da praia.

Destarte, essa função vinculada a saúde não é uma novidade da era moderna, trata-se de uma prática da Antiguidade, principalmente da Roma Antiga, que é ressignificada ao longo do tempo no Ocidente e a partir do século XVIII na Europa, com o surgimento dos balneários que passam a se utilizar do poder terapêutico da água salgada, divulgados pelo médico inglês Richard Russell. No Brasil, essa prática tem início no Rio de Janeiro com D. João VI, criando-se o primeiro balneário no período oitocentista (BRANDÃO, 2009).

No decorrer do século XIX a prática se espalha pelo resto do Brasil e começamos a ter relatos de banhos de mar não apenas em Amarração, mas em outros pontos, como Natal, por exemplo. Em Natal no começo do século XX os banhos de mar salgados se tornam muito frequentes, sendo chamados nos jornais locais de febre dos banhos salgados, trazendo novas sociabilidades da burguesia abastada para a apropriação e uso de um espaço que até então era considerado inóspito: a praia (VIEIRA, 2008). Durante este período

[...] acreditava-se que os progressos da civilização, o desenvolvimento da industrialização e o crescimento desmedido das cidades eram em parte responsáveis pela debilitação física dos seres humanos, sobretudo os das classes mais elevadas. Havia então grande preocupação com certas perturbações psíquicas, como a melancolia, a ansiedade, a histeria e a delicadeza excessiva, sobretudo entre as mulheres e as crianças. Para combater estes males, os médicos começaram por recomendar banhos terapêuticos em estâncias termais, favorecendo a emergência dos spas. Mais tarde, descobriram as qualidades dos banhos de mar, que ajudavam a curar o doente, restabelecendo o equilíbrio entre o corpo e a alma, pela melhoria do apetite e do sono e pelo afastamento das preocupações diárias. Pensava-se que a natureza selvagem do mar, o ar vigoroso e a vastidão do espaço, eram elementos essenciais para a recuperação da energia

vital, que se havia perdido no ambiente poluído e opressivo das cidades industriais (FREITAS, 2007: 109).

As práticas de banho de mar e de sol neste momento em Amarração, então, tornam-se mais um dentre muitos dos procedimentos modernos, não apenas por conta de sua associação à saúde, mas, especialmente, por conta de sua vinculação à moda. O bronzeado na pele perde sua associação corriqueira ao labor braçal e torna-se símbolo de uma vida com boa saúde.

Importante destacar também que a moda do banho de sol, associada ao banho de mar, juntamente aos discursos médicos que apontavam os benefícios existentes para a saúde, foi o que garantiu a ocupação definitiva da praia, bem como sua ressignificação e consumo enquanto um novo espaço de lazer e de criação de novas sociabilidades sem a formalidade exigida no dia a dia das pessoas (CAMARGO, 2009; 2014). No entanto, conforme já indicado, nos interessam, nesta narrativa, estas novas preocupações decorrentes da experiência moderna que surgem com a saúde e as práticas sanitárias em Amarração no final do século XIX e início do século XX.

Neste contexto, as condições sanitárias tornam-se motivo de preocupação para as autoridades públicas no final do período oitocentista e início do século seguinte, tendo em vista a influência que o movimento higienista e o discurso médico surgente apontavam que a modernização da sociedade só poderia ser alcançada quando a população tivesse acesso a saúde e educação, isto sendo possível, especialmente, a partir da ação do Estado (GÓIS JUNIOR, 2002; OLIVEIRA *et al.*, 2012; COSTA, 2013; SILVA, 2014).

No que se refere ao Piauí, essa preocupação com a saúde pública e sua relação com o ideário de um povo moderno e cidade moderna reverbera na capital piauiense no início do período novecentista, haja visto que

Além dos serviços d'água, da iluminação elétrica e dos telefones, outros melhoramentos requeria a cidade no seu projeto modernizador. Algumas dessas solicitações estavam ligadas às condições de higiene e salubridade, portanto à vida diária – como os serviços de rampas e taludes do rio Parnaíba, que preveniam as enchentes anuais; a coleta de lixo urbano; a proibição da criação de animais no centro da cidade, como porcos, cachorros, galináceos e vacas; as demandas por calçamento de ruas, etc.

Com o apoio das novas noções de bacteriologistas e higienistas, procuravam-se a origem e as razões do desenvolvimento de doenças perigosas e de doenças endêmicas, como as pestes e as febres, que silenciosas e traiçoeiras, conduziam a morte [...] Preocupações com as epidemias e com elevada taxa de mortalidade faziam emergir críticas às condições sanitárias da cidade, onde nem a Intendência nem o próprio povo pareciam preocupar-se com esses problemas (QUEIROZ, 2011: 31).

De maneira similar a Teresina, essa preocupação com a saúde¹¹ também é percebida em

11. A saúde e higiene pública, enquanto vetor de modernização, modificou não apenas Teresina neste início do século XX. A capital da República também foi fortemente influenciada pelo movimento higienista e pelo discurso médico, tendo como modelo Paris, capital da França. O Rio de Janeiro sofreu diversas modificações no interior de seu tecido urbano, como a criação de avenidas, reforma e criação de jardins, tração elétrica para os bondes, construção de novos espaços, demolição de habitações, dentre outros. A saúde pública, dessa maneira, teve grande

Recife e escancara uma modernização autoritária, imposta e ordenada pelas elites ao resto da sociedade. O projeto de modernização, pensado e aplicado em Recife na década de 1920, entrou em conflito, principalmente, com a população mais pobre, tida como uma ameaça em função de suas condições precárias, bem como uma péssima higienização de suas habitações que terminava por favorecer surtos epidêmicos, a exemplo da Varíola, Febre Amarela, Tuberculose e o Cólera.

Assim, a saúde pública é percebida pela gestão pública e pelas elites recifenses enquanto ponto fundamental para a criação de uma cidade moderna, sendo necessária a intervenção do Estado juntamente com as inovações técnicas para a resolução desse problema (REZENDE, 1997). Esse caráter autoritário da modernização da cidade de Recife no início do século XX, de maneira similar ao Rio de Janeiro, também gerou conflitos com a população, tornando a cidade um cenário de lutas políticas e sociais.

A salubridade pública também foi um foco de atenção do poder público em Amarração, na medida em que a possibilidade do surgimento de epidemias também toma forma nesta durante o recorte temporal estabelecido, influenciando tanto a prática do banho de mar, como também a aplicação de vacinas, conforme dito anteriormente, bem como a incorporação, nos códigos de postura da Vila, a higienização do espaço urbano, denotando o caráter autoritário da modernização também em Amarração. Quanto à ocorrência de epidemias, é notório a influência do discurso médico e do movimento higienista em Amarração que

[...] no litoral do Piauí no final do período oitocentista [...] se fez presente a partir de alguns fatores, dentre eles a construção do lazareto para o caso de enfermos do Cólera que chegassem naquele espaço através do oceano, [...], a campanha de vacinação das pessoas da Vila de Amarração, principalmente as crianças, para prevenção de doenças infectocontagiosas, como a Varíola que, ocasionalmente, se manifestava neste espaço, mas também a nomeação de médicos para formar comissões sanitárias de fiscalização e acompanhamento da construção dos lazaretos e das condições de higiene dos vapores que chegavam na referida Vila (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018: 21).

Nesse sentido, a preocupação com a salubridade pública em Amarração também pode ser percebida nos códigos de postura da Vila de Amarração aprovados pelo governo provincial no ano de 1881, que trazem, em alguns de seus artigos, informações e normatização da questão, a saber:

GOVERNO PROVINCIAL.

Resolução n. 1046

PUBLICADA EM 5 DE JUNHO DE 1882.

Approva as posturas da camara municipal de Amarração, confeccionadas em 7 de abril de 1881. [...]

Titulo 1.º

Capitulo 1.º

influência no projeto de saneamento, embelezamento e transformação da cidade, imposto pelas classes dominantes, e que acreditava modernizar-se (CARVALHO, 2014).

[...] Art. 3.º E' inteiramente prohibido:

§ 1.º Edificarem se no alinhamento das ruas d'esta villa e povoações casas que não sejam cobertas de telhas.

§ 2.º Conservar casas de palha ou rancho no alinhamento das ruas, sob pena de cinco mil reis de multa. [...]

Capitulo 2.º

Art. 6.º E' proihibido:

[...]

§ 5.º Deitar nas ruas e praças ciscos, entulhos, vidros, palhas, animaes mortos, agua suja e tudo quanto possa alterar o passeio e salubridade publica.

[...]

Capitulo 4.º

Art. 8.º Fica prohibido criarem-se cabras, ovelhas, cães e porcos nos limites d'esta villa, e os que andarem vagando pelas ruas da mesma e forem encontrados, serão apprehendidos e arrematados e os rendimentos applicados para esta municipalidade, restando ao dono o direito de resgatar a dous mil reis cada cabeça (A IMPRENSA, 1882: 1).

De maneira similar a Teresina, então, Amarração inclui em sua administração a preocupação com a higienização da cidade, seja através das mudanças nas casas, proibindo-se casas de palha, proibição de disposição de resíduos sólidos nas ruas e também a criação de animais soltos nas vias públicas, haja visto que estes aspectos poderiam contribuir para disseminação de doenças na população.

A partir das fontes consultadas, não é possível afirmar até que ponto se obedeceram aos códigos de postura, tanto no que se refere às casas de palha e à criação de animais. Com relação à limpeza da vila, destaca-se a previsão orçamentária de Amarração para este fim até os anos 1910, sendo que em 1882 destinaram-se 15 mil réis para limpeza especificamente das ruas e praças e em 1911 este valor alcançou 100 mil réis para a limpeza da vila como um todo (A IMPRENSA, 1882; DIARIO DO PIAUHY, 1911).

Mesmo que Amarração não tenha passado por transformações profundas ao compará-la com o Rio de Janeiro ou mesmo com Teresina, ainda assim é interessante destacar a construção de um Lazareto durante os anos de 1880, que possuía como objetivo o combate ao Cólera¹² (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018).

Assim, na década de 1880, quando a doença volta a se tornar epidêmica na Europa e com

12. No Brasil, o Cólera também vai assumir um caráter epidêmico, atingindo as províncias do Norte, dentre estas aquelas localizadas atualmente no Nordeste, a partir da segunda metade do século XIX e, no caso da província do Piauí, seu maior efeito foi sentido entre 1861 e 1863, provocando diversas ações das autoridades públicas na época, como o envio de medicamentos, definição de casas de palha para acolher os doentes, contratação de pessoas que pudessem prover assistência para els, além da queima de diversos campos com a intenção de purificar o ar. Estas medidas foram tomadas na tentativa de controlar e reduzir a ação da doença na província. (NUNES, 2007; BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018). Ainda que Amarração não houvesse sido retomada pelo Piauí nessa época, pertencendo então à província vizinha do Ceará, tendo em vista que a doença atingiu toda a região que compreende o Nordeste, incluindo o litoral cearense, não seria de se estranhar que Amarração também tenha sido acometida pela doença (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018). Sobre esta última informação, o relatório do presidente da província, Dr. Franklin Americo de Menezes Doria, de 1866, informa sobre uma nova ameaça à província piauiense em função de surto de cólera no porto de Amarração nesta época (PIAUHY, 1866), ou seja, a vila também foi afetada durante a incursão da doença nos anos 1860.

a província do Piauí tendo retomado Amarração e, portanto, mantendo contato com embarcações que vinham do Velho Mundo para a realização de comércio e transporte de passageiros através de seu porto, tem-se uma preocupação acerca da possibilidade de a doença grassar novamente na província, conforme veiculado em periódico da época (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018). O que chama atenção dessa vez é a construção do Lazareto, no sentido de ponderarmos se sua construção pode ser percebida enquanto uma modificação daquele espaço em função da preocupação com a saúde pública, ou seja, se o Lazareto pode ser encarado como um fruto do processo de modernização.

Considerando que a preocupação com a saúde pública em Amarração no final do século XIX, no caso, com a possível chegada do Cólera na província apenas levou a construção de um Lazareto, sem que o poder público tomasse atitudes mais enérgicas, talvez não seja improvável afirmar que a paisagem urbana de Amarração não tenha sofrido tantas transformações. E, mesmo no decorrer do início do século XX, quando cidades como o Rio de Janeiro e Teresina modificam sua paisagem urbana sob o pretexto de se modernizar através da higienização do espaço, Amarração não sofre um processo semelhante, ainda que tenha sido acometida por outras doenças, a exemplo da Varíola e Gripe Espanhola nos anos 1910 (BAPTISTA; NASCIMENTO, 2018).

Deste modo, a preocupação com a saúde pública pelo poder público e pelos periódicos, além de perceberem sua relevância para a modernização da sociedade, mesmo que de maneira reduzida ao compararmos com outras cidades, afetou Amarração no recorte temporal estabelecido, seja no que se refere a paisagem urbana através do Lazareto e em relação às práticas cotidianas com a vacinação dos infantes.

No entanto, é preciso lembrar que as práticas propostas pelo poder público ou pelas elites, bem como os modelos de comportamento, não necessariamente implicam que a sociedade como um todo coaduna ou concorda com aquilo, a exemplo da revolta protagonizada pela população do Rio de Janeiro no início do século XX em função da higienização e modernização autoritária imposta pelo poder público (SEVCENKO, 2010).

No caso de Amarração, a prática da vacinação não provocou ou pelo menos não foram noticiados problemas como no Rio de Janeiro, mas, isso se deve, muito provavelmente, ao número reduzido de pessoas que foram vacinadas, considerando o contingente populacional menor. Além disso, a inexistência de uma ação mais incisiva por parte do poder público em Amarração, no sentido de modernizar aquele espaço através da higienização, talvez explique o porquê da ausência de uma inquietação entre a população de uma forma geral.

Contudo, outra prática noticiada nesta época em Amarração talvez possa nos indicar até que ponto a população que vivia naquele espaço havia incorporado ou não ao seu dia a dia as práticas sanitárias postas pelo poder público e pelas elites, no sentido de que ser moderno implicava não ter doenças, bem como viver num ambiente que fosse higienizado. A prática em questão refere-se a jogar excrementos humanos, especificamente, fezes, na residência de terceiros por conta de desafetos existentes entre tais sujeitos, sejam eles pessoais ou políticos. Sobre isto, na edição do dia 20 de novembro de 1886 no periódico “A Imprensa”, tem-se uma publicação de Francisco Botelho de Andrade, a pessoa que seria vitimada pela ação, reclamando da prática e taxando o suposto agressor de criminoso, que diz o seguinte:

Sr. Redactor. – Talvez não fossem passados ainda cinco soes depois da leitura que fiz da *Imprensa* n. 935 de 18 de setembro proximo passado, em que vem transcripto o importante discurso proferido no senado pelo illustrado conselheiro exm. sr. Visconde de Paranaguá, na sessão de 18 de agosto do corrente anno, sobre negocios desta provincia, transcripção a que não tive tempo de referir-me na passada correspondencia por estar já escripta quando recebi o n. da *Imprensa* a que acima me refiro, do que peço desculpa a essa redacção, e deviam estar ainda bem vivas na memoria de todos as providencias pedidas por v. s., ao exm sr. dr. Jansen Mattos, presidente da provincia, sobre o que vai ocorrendo na Parnahyba, quando ha dias, nesta villa, onde me acho, fui avisado de um plano concebido pelo delegado de policia, que tinha por fim pôr em pratica a mesma negra acção do seu igual da Parnahyba. O plano foi-me denunciado, o que devo á dedicaçõ de um amigo, cujo nome peço licença para declinar, o sr. Jeremias Ferreira Guimarães, que vindo á nossa casa encontrou-me com a folha liberal na mão, onde vinha o discurso do Visconde, e assim, que transpoz o limiar da porta e me viu, irrompeu nestas palavras: <Então, livre-o de um assalto ?!> e contou-me o caso que depois ainda me foi referido por um cunhado da pessoa que foi convidada, e que me forneceu a copia da carta em resposta da que eu dirigi a ella, mas não quiz assignar-se, com medo, segundo disse, de ser chamado a responsabilidade. E essa responsabilidade que eu quero tomar a mim, pedindo á v. s. a gentileza da publicação de quanto está escripto.

Muito bem disse v.s.: <O exm. sr. dr. Jansen não conhece a gente que dispõe dos cargos policiaes na Parnahyba e Amarração; si conhecesse, estamos certos, não conserva-los-ia; porque o governo precisa, é verdade, de auxiliares bons e honestos, mas nunca de desordeiros e criminosos.>

Como disse, mal acabava de ler a folha liberal, e já se me vinha prevenir de um novo assalto [...] o sr. Jeremias Ferreira Guimarães, que teve a bondade de denunciar-me o plano de que estive para ser victima. Agradecido.

Francisco Botelho de Andrade

Amarração, 21 de outubro de 1886 (A IMPRENSA, 1886: 2-3).

Francisco Botelho de Andrade, o reclamante, dividiu a carta que direcionou ao periódico “A Imprensa” em dois momentos. Neste primeiro momento, limita-se a explicar que correu o risco de sofrer a mesma coisa que alguém em Parnaíba também havia passado, sem especificar quem teria sido essa pessoa, tendo o cuidado de lembrar que a referida atitude já havia sido denunciada e condenada pelo jornal, solicitando, inclusive que o presidente da província da época tomasse providências.

Além disso, relata como recebeu a resposta¹³ à carta que havia sido entregue a Felinto Pe-

13. Na edição de “A Imprensa” de 20 de novembro de 1886, há uma denúncia anônima datada de 24 de outubro de 1886 sobre o caso em questão que fornece mais detalhes sobre o dia seguinte à proposta do ato, bem como a reação das pessoas que viviam em Amarração. Na denúncia, afirma-se que Felinto Pereira de Souza, um comerciante local e que participava de uma serenata, ao ser convidado para realizar o ato em questão, isto é, jogar excrementos, ao ficar sabendo que a intenção era fazer isto na casa do Sr. Francisco Botelho de Andrade, não apenas recusou-se e retirou-se do grupo, mas também contou a história nos dias que se seguiram. Francisco Botelho de Andrade, no momento que tomou conhecimento da situação, escreveu uma carta para Felinto Pereira de Souza e é a resposta

reira de Souza, uma das pessoas que supostamente teriam participado do ato do “assalto” que poderia ter sofrido e que havia lhe sido denunciado por Jeremias Ferreira Guimarães. A nota continua, então, com a carta escrita por Felinto Pereira de Souza em resposta a Francisco Botelho de Andrade.

Illm. sr. dr. Francisco Botelho de Andrade. – S. C. – Amarração, 13 de outubro de 1886. – Em resposta a presada carta que v. s. dignou-se dirigir-me datada de hontem e em que pergunta-me *o que realmente passou se em dias d'este mez entre mim e outros individuos em relação a um projecto que devia affectar a pessoa de v. s., cumpre-me dizer-lhe o seguinte:*

Em uma das noites do mez de agosto, e não d'este mez, como pensa v. s., andando eu com diversas pessoas entre ellas o delegado de policia d'este termo Firmo da Silva Raposo, seu escrivão Joaquim Pereira de Assis Brandão e outros individuos em uma serenata, aconteceu que os mesmos Firmo e Joaquim Brandão chamaram-me para um particular, debaixo de um alpendre que fica entre o estabelecimento commercial do sr. João Luiz Pereira Brandão e o quarto de dormir de seus filhos Joaquim e Antonio Brandão, convidou-me para irmos deitar **excremento humano** nas portas da casa do cidadão Joaquim Antonio de Carvalho, allegando que as vazilhas que continham o mesmo excremento achavão-se depositadas no quarto onde elle Brandão dormia, convidando-me para eu vêr as mesmas vazilhas, o que agradei. N'esse interim o sr. Firmo disse-nos que em vez de deitarmos a trampa na porta do velho Carvalho, era melhor que a fossemos depôr na porta da casa de v. s. Em vista da resolução de Firmo e de Joaquim Brandão eu disse-lhes que não concordava em tal, retirava-me da serenata, como retirei-me para a casa de minha residencia, dizendo-lhes mais, que si elles assim procedessem, a culpa recairia no dia seguinte sobre todas as pessoas que fizeram parte da serenata. A' vista d'esta minha observação, elles concordaram em não fazer mais o que tinham planejado n'essa noite, na casa de v. s. e na do eleitor liberal Carvalho.

E' o que cumpre-me dizer a v. s. e jurarei se preciso for.

Faça de minha resposta o uso que lhe convier. – Sou – De v. s. – Criado respeitoso e attencioso. – F... A IMPRENSA, 1886: 2-3). (Grifo nosso)

Este segundo momento, então, refere-se à resposta dada por Felinto Pereira de Souza a Francisco Botelho de Andrade sobre a situação em tela, no qual o comerciante explica, a partir de seu ponto de vista, o que teria se sucedido na noite em que havia recebido a proposta.

Ao que tudo indica, o ato não foi praticado e, além disso, na denúncia anônima presente na edição de “A Imprensa” de 20 de novembro de 1886, tem-se um pouco mais de detalhes sobre a repercussão do caso em Amarração, apontando como Jeremias Ferreira Guimarães ao tomar conhecimento do ato teria ficado

[...] possuido de uma justa indignação, que em plena rua, na presença de mais de cem pessoas, e tambem na de Firmo, em phrases energicas e inspiradas, reprovou o procedimento baixo, vil, e mesquinho, que elle como autoridade,

desta que Jeremias Ferreira Guimarães vinha entregar-lhe (A IMPRENSA, 1886).

seu suplente, e seu escrivão, tiveram para a sociedade. Os acusados, ouviram cabisbaixos a merecida censura que Jeremias lhe fez, e não disseram cousa alguma em sua defesa (A IMPRENSA, 1886: 3).

A prática de jogar fezes na rua não foi algo exclusivo do Brasil, muito menos de Amarração, sendo que jogar excrementos pela janela à noite tratou-se de uma prática comum até o século XIX, tanto no Brasil como fora deste, perdurando em muitas cidades mesmo quando esta se torna ilegal. A partir do momento que surge uma nova concepção de cidade, pautada no ideário moderno, percebe-se uma necessidade de modificação e modernização deste espaço através, principalmente, da limpeza das ruas para garantir uma livre circulação das pessoas que habitavam e viviam naqueles espaços. Desta forma, a preocupação com o lixo acumulado nas ruas e os excrementos nelas jogados impõe novos padrões de comportamento sobre o destino dado a estes resíduos ao longo dos séculos XVII, XVIII e XIX no mundo ocidental, particularmente, em cidades europeias, como Hamburgo, Paris e Londres, que passam a se preocupar, então, com a limpeza urbana (EIGENHEER, 2009).

Ainda assim, apenas a partir da segunda metade do período oitocentista os grandes centros urbanos ocidentais vão adotar medidas mais enérgicas para amenizar a situação sanitária das cidades que, até então, eram adotadas, principalmente, em espaços restritos, o que não transformava substancialmente a condição sanitária da cidade. Foi no decorrer do século XIX também que a teoria microbiana das doenças, a partir do constante desenvolvimento da medicina moderna durante esta época, surgiu, substituindo e refutando a teoria miasmática no qual as doenças desenvolviam-se a partir dos odores fétidos das substâncias orgânicas quando estas entravam em estado de putrefação (EIGENHEER, 2009).

Esta nova percepção sobre o surgimento das doenças, vinculando-as não mais aos odores, mas sim aos micro-organismos, trouxe uma nova perspectiva acerca da saúde pública e em relação a atenção dada aos dejetos produzidos pela sociedade, bem como a relação estabelecida entre a necessidade de higienização da cidade para que esta pudesse modernizar-se e, assim, a saúde pública e a limpeza urbana tornam-se aspectos essenciais do ser moderno no final do século XIX e início do século XX (EIGENHEER, 2009).

No caso de Amarração, não fica claro, através das fontes consultadas, se jogar fezes na rua havia sido uma prática comum e já proibida naquele fim de século, tendo em vista a preocupação com a saúde pública ou se a reprovação ao ato que seria realizado por Firmo da Silva Raposo ocorreu unicamente por questões políticas.

Mesmo que o ato não tenha sido realizado, fica o questionamento: era uma prática comum jogar fezes humanas nas residências de desafetos na Vila de Amarração no final do século XIX?? Embora não seja possível afirmar com certeza se esta prática se tratava de algo cotidiano, através dela é possível inferir sobre o imaginário destes sujeitos ao considerarmos a saúde pública da vila. Ainda que em anos anteriores o código de posturas publicado proibisse alterar a salubridade pública da vila, não é isto que leva os sujeitos em questão à recusa do ato, mas sim a alteração do alvo a sofrer com a prática posta.

Deste modo, é factível questionarmo-nos até que ponto a modernização da vila e a preocupação com a saúde pública influenciou o imaginário dos sujeitos que ali viviam, refletindo espe-

cialmente acerca daqueles que se colocaram contrários a assumir esses novos hábitos higiênicos, isto é, modernos.

Deve-se ressaltar que, considerando os periódicos “A Imprensa” e “A Época”, órgãos de comunicação do Partido Liberal e do Partido Conservador respectivamente, a disputa política local em Amarração tinha certa influência sobre a vida cotidiana naquele espaço. Além disso, tendo em vista que Firmo da Silva Raposo era correligionário do Partido Conservador (A ÉPOCA, 1883), enquanto Joaquim Antonio de Carvalho, a primeira pessoa a ser mencionada e que, originalmente, iria sofrer com o ato, era correligionário do Partido Liberal, bem como o próprio Francisco Botelho de Andrade, que denunciou a situação que quase vivera em Amarração, talvez não fosse de se estranhar que toda a reprovação a esta situação tenha se dado também em função destas desavenças políticas.

No entanto, considerando a importância dada à prática de vacinação e, de certa forma, com a possibilidade de propagação de doenças através de navios que trouxessem passageiros com enfermidades infectocontagiosas, não seria impossível sugerir que a condenação do ato de jogar fezes não houvesse sido apenas por motivações políticas, embora não possamos deixar de ressaltar sua relevância tendo em vista os episódios relatados, mas também tenha se dado por conta da preocupação com a saúde pública e com a higienização de Amarração naquele período.

Desta maneira, ainda que a Vila de Amarração não tenha sofrido uma ação efetiva e nem modificações significativas em seu espaço em função da preocupação com a saúde pública, consequentemente da criação de um espaço higienizado e nos moldes modernos, foram perceptíveis as preocupações em torno desta saúde pública e a presença de novas práticas sociais, a exemplo da vacinação, banhos de mar, preocupação com a salubridade pública nos códigos de postura, construção de um lazareto e reprovação do ato de jogar fezes.

Considerações finais

Ao fim, a Vila de Amarração, mesmo pequena em tamanho e em número de habitantes, em função da importância dada a esta pelas elites locais para a modernização e desenvolvimento do Piauí através de um porto, vivenciou, à sua maneira, preocupações com a salubridade pública.

Esta preocupação, por sua vez, provocou alterações nos códigos de postura da vila, nas práticas sociais, em sua paisagem, a exemplo da construção do lazareto para contenção do cólera, bem como algumas modificações nas práticas cotidianas das pessoas que viviam em um espaço que começava a modernizar-se, como a vacinação e as práticas de banho com fins terapêuticos.

Não obstante isto, ainda que o discurso em torno da modernização deste espaço, especialmente no tocante à salubridade pública, tenha modificado alguns aspectos da vila, é significativo a presença ainda de espaços insalubres, como a escola e o presídio, bem como práticas consideradas anti-higiênicas por parte de alguns sujeitos que viviam na vila, como jogar fezes, ambos criticados na época.

Deste modo, ao tempo em que a experiência da modernidade em Amarração provocou transformações nas práticas sociais relacionadas à saúde pública, estas não estiveram isentas de problemas e a modernização deste espaço, em consonância com as novas preocupações relacio-

nadas com a salubridade pública, também foram produtores de críticas e conflitos assinalando o imaginário social dos sujeitos que viviam em um espaço que foi naquele momento marcado pela aventura da modernidade.

Referências

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho Baptista; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. O Inimigo vem do Mar: Cólera, Medo e Morte no Litoral Piauiense no Final do Século XIX. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science (UniEVANGÉLICA)*, vol.7, nº 2, p. 12-28, maio /ago. 2018.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho. *Amarras e desamaras: cotidiano e modernização em Amarração no litoral do Piauí (1880–1930)*. 2019. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História do Brasil, Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. A seca de 1888/1889 e seus efeitos sobre a Vila de Amarração: deslocamentos humanos e conflitos no litoral do Piauí. *Cordis*. Deslocamentos humanos: Cultura, decisões e conflitos, São Paulo, nº. 20, p. 260-291, jan./jun. 2018.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Questões de litígio entre o Piauí e o Ceará: Embates pela Vila de Amarração no litoral do Piauí (1880 – 1884). *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, Rio de Janeiro, vol.182, nº 485, p. 225-252, jan./abr. 2021a.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho. Sob a vista enigmática do Ocidente: a modernidade na transformação e surgimento de novas paisagens na vila de Amarração no litoral do Piauí no final do século XIX e primeira metade do século XX. In: ANDRADE, Andreia Rodrigues de; SILVA, Cleide Maria de Carvalho; FERREIRA, Ronyere (Orgs). *História, cidade e cultura*. Teresina: Cancioneiro, 2021b. p. 127-154.

BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa. De Atalaia a Pedra do Sal: a influência da modernidade no consumo do espaço da praia no litoral do Piauí no início do século XX. In: BAPTISTA, Marcus Pierre de Carvalho; NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa; BAPTISTA, Elisabeth Mary de Carvalho; SILVA, Brenda Rafaela Viana da. *Dos tempos à viração, dos ventos à amarração: Estudos Histórico-Geográficos sobre o Litoral do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 2020.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

BRANDÃO, Helena Câmara Lacé; MARTINS, Angela Maria Moreira. *O Rio de Janeiro do Sé-*

culo XX: a expansão da cidade do centro para o sul. *Revista Tempo de conquista*, vol. 4, p. 1-10, 2009.

CAMARGO, Rosane Feijão de Toledo. As praias cariocas no início do século XX: sociabilidade e espetáculos do corpo. *Escritos* (Fundação Casa de Rui Barbosa), vol. 7, p. 229-247, 2014.

CAMARGO, Rosane Feijão de Toledo. Smartismo: elegância masculina e modernidade no início do século XX no Rio de Janeiro. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 32, Curitiba. Anais...: INTERCOM, 2009. p. 1-13.

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

COSTA, Maria Clélia Lustosa. Influências do Discurso Médico e do Higienismo no Ordenamento Urbano. *Revista da ANPEGE*, vol. 9, nº 11, p. 63-73, 2013.

EIGENHEER, Emílio Maciel. *Lixo: A limpeza urbana através dos tempos*. Porto Alegre: Pallotti: 2009.

FREITAS, Joana Gaspar de. O litoral português, percepções e transformações na época contemporânea: de espaço natural a território humanizado. *Revista da Gestão Costeira Integrada*, vol. 7, nº 2, p. 105-115, 2007.

GOIS JUNIOR, Edivaldo. “Movimento Higienista” na História da Vida Privada no Brasil: do Homogêneo ao Heterogêneo. *ConScientiae Saúde*, vol. 1, p. 47-52, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Luís Correia – Piauí*. Rio de Janeiro, 1984 (Coleção de Monografias Municipais. Nova Série, 58).

LEFEBVRE, Henri. *Introduction to modernity: twelve preludes*. London: Verso, 1995.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a história do Piauí*. Teresina: FUNDAPI, 2007. v.1.

OLIVEIRA SOBRINHO, Afonso Soares de. São Paulo e a Ideologia Higienista entre os séculos XIX e XX: a utopia da civilidade. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 210-235, jan./abr. 2013.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti; FREIRE, Leonardo Querino Barboza; SOUSA, Débora da Silva; LOURENÇO, José Maxuel. A Ordem antes do Progresso: o Discurso Médico – Higienista e a Educação dos corpos no Brasil do início do Século XX. *Fênix: Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 9, nº.1, p. 1-15, 2012.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. Teresina: EDUFPI, 1998.

QUEIROZ, Teresinha de Jesus Mesquita. *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higinio Cunha e as tiranias do tempo*. 3. ed. Teresina: EDUFPI, 2011.

REGO, Junia Mota Antonaccio Napoleão do. *Dos sertões aos mares: história do comércio e dos comerciantes de Parnaíba (1700-1950)*. 2010. Tese. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2010.

REZENDE, Antônio Paulo. *Desencantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

SILVA, Rafaela Martins. O Determinismo Hereditário da Medicina Legal e Discurso Higienista no Piauí: os intelectuais da saúde e os ditames da nação no final do Século XIX e início do século XX. *Contraponto*, vol. 3, nº. 1, p. 59-76, 2014.

SEVCENKO, Nicolau. *A Revolta da Vacina: mentes insanas em corpos rebeldes*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

VIEIRA, Enoque Gonçalves. *A Construção da Natureza Saudável: Natal 1900 – 1930*. Natal, 2008. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

Hemerográficas

DENUNCIA. *A Época*, Teresina, ano 6, nº 253, p. 1, 21 abr. 1883.

PARTE Oficial. *A Imprensa*, Teresina, ano 17, nº 733, p. 1, 23 jun. 1882.

MUNICIPIO da Amarração. *A Imprensa*, Teresina, ano 18, nº 742, p. 4, 26 ago. 1882.

BÔA medida. *A Imprensa*, Teresina, ano 18, nº 755, p. 4, 9 dez. 1882.

A PEDIDO. *A Imprensa*, Teresina, ano 18, nº 762, p. 3, 27 jan. 1883.

EMBARQUE. *A Imprensa*, Teresina, ano 18, nº 766, p. 4, 24 fev. 1883.

CHEGADA. *A Imprensa*, Teresina, ano 18, nº 772, p. 4, 14 abr. 1883.

SR. REDACTOR. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, nº 943, p. 2-3, 13 nov. 1886.

AMARRAÇÃO. *A Imprensa*, Teresina, ano 22, nº 944, p. 3, 20 nov. 1886.

AMARRAÇÃO. *Diário do Piauí*, Teresina, ano 1, nº 86, p. 2, 13 jun. 1911.

ENVIAMOS. *Nortista*, Parnaíba, ano 1, nº 33, p. 3, 17 ago. 1901.

NO THEREZINENSE. *Nortista*, Parnaíba, ano 1, nº 44, p. 2, 2 nov. 1901.

COM vistas aos Exms. Srs. Drs. Presidente da Província, e chefe de Policia. *A Reforma*, Teresina, ano 1, nº 12, p. 2, 9 jun. 1887.

Documentos do Poder Executivo

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembléa Legislativa Provincial do Piauhy pelo Presidente da Província o Exm. Senr. Dr. Emigdio Adolpho Victorio da Costa ao installar a 1º sessão da 25ª Legislatura em 7 de junho de 1884*. Theresina: Typographia da Imprensa, 1884.

PIAUHY. Presidência da Província. *Relatorio apresentado á Assembleia Legislativa do Piauhy no dia 9 de julho de 1866 pelo Prezidente da Província o Exm. Sr. Dr. Franklin Americo de Menezes Doria*. San'Luiz: Typ. de B. de Mattos, 1866.

Artigo submetido em 20/05/2021

Aceito em 25/06/2021